

Congresso Nacional Ditadura parlamentar

Benedito Domingos

11 JUN 1991

CORREIO BRAZILIENSE

Um seleto grupo de "iluminados democratas" vem tentando, ultimamente, em nome da pseudomoralização do Congresso Nacional e principalmente do espectro político, solar as ações parlamentares dos pequenos partidos e até mesmo procrastinar suas existências. Senão vejamos. Há muitas formas de ditadura: a militar, a civil, a sindicalista e agora vemos nascer na Câmara dos Deputados a ditadura partidária, que visa a tolher o direito de os partidos se organizarem e se manifestarem.

Como se sabe, Fernando Collor de Mello era candidato a vice-presidente da República e procurou os candidatos a presidente de dois grandes partidos em busca de situar-se. Um deles, como é de conhecimento público, sequer o recebeu em seu gabinete. Collor, então, dirigiu-se a um pequeno partido, lançou sua candidatura presidencial e saiu vitorioso. Isso

aconteceu porque os grandes partidos, exercendo sua ditadura, proibem até que certas pessoas disputem o posto de vereador. Por este motivo surgiu o pluripartidarismo que permite que a sociedade se organize e lance candidatos a cargos eletivos pelo voto livre e soberano, para representá-la.

No plenário da Câmara, altar da democracia, deparamo-nos com uma nova ditadura, a das imposições dos partidos, sob o pretexto de modernizar os nossos trabalhos. Mas modernizar e garantir que haja **quorum** na Casa para as votações — nunca se votam as matérias pela ausência dos deputados às sessões plenárias. Modernizar é participar.

Somos um pequeno partido, com apenas cinco membros mas procuramos suprir essa deficiência numérica por intermédio de uma atividade permanente nas comissões e no plenário.

Não podemos, portanto, concordar

com semelhante medida que, sob a égide da modernização, atinge o direito de representação do povo brasileiro. Se tirarmos, por exemplo, um centavo de um cruzeiro, passamos a ter apenas 99 centavos. Se restringirmos a participação de algum partido nos trabalhos do Congresso Nacional, não teremos mais a totalidade da representação da Nação, mas, sim, grupos de grandes partidos que continuam dominando e que querem, pela sua representatividade, impor candidaturas.

Por isso, repudiamos tal atitude e esperamos que as observações feitas e apresentadas, entre elas pelo líder do PT, José Genuíno, sejam de fato acatadas pela Mesa e pelo Colégio de Líderes, a fim de não ferirmos os direitos daqueles que votaram nos seus candidatos.

■ **Benedito Domingos**, deputado pelo Distrito Federal, é líder do PTR na Câmara